

Sindsep/MA elege dois delegados à Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora em Brasília-DF

Mais uma vez o Sindsep/MA mostrou sua força e mobilização na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras durante a 5ª conferência Estadual de saúde do trabalhador e trabalhadora, encerrada na última sexta-feira 13.

A Conferência Estadual ocorreu nos dias 12 e 13 de junho, na Faculdade Anhanguera em São Luís, reunindo delegados eleitos nas conferências municipais em todo o estado.

Com uma grande bancada de delegados representando várias regiões do estado (Caxias, Imperatriz, Codó, Pindaré e São Luís) o Sindsep/MA conseguiu eleger dois delegados à Conferência Nacional que acontecerá de 18 a 21 de agosto em Brasília, o vice-presidente, Raimundo Pereira e o diretor da Regional de Imperatriz, João Parrião.

Para o vice-presidente do Sindsep/MA e secretário de saúde do trabalhador e da trabalhadora da CUT/MA, Raimundo Pereira, essa é uma oportunidade importante para discussão e elaboração de políticas públicas para salvaguarda da saúde dos trabalhadores, principalmente em seus locais de trabalho.



“Nós estamos discutindo aqui e acumulando mais conhecimento sobre os problemas que afligem os trabalhadores e trabalhadoras maranhenses para que possamos levar nossas propostas à Conferência Nacional que ocorrerá em Brasília no mês de agosto” disse Raimundo Pereira.

ELEIÇÕES PARA
DELEGADO SINDICAL



**FIQUE ATENTO
A ASSEMBLEIA
NO SEU LOCAL
DE TRABALHO.**

**VOCÊ
É FUNDAMENTAL
NESSA CORRENTE!**

ASSEMBLEIA GERAL

EBSERH

Edital de Convocação Nº 036/2025

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados da EBSERH-MA, em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Geral no dia 30 de junho de 2025, às 12:00 horas, no Pátio do HU Presidente Dutra, sito à Rua Barão de Itapary, 227 - Centro, São Luís - MA, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Eleição de Delegados de Base.

São Luís-MA, em 16 de Junho de 2025.
João Carlos Lima Martins,
Presidente.

Assembleia por Local de Trabalho **Eleição de Delegado Sindical de Base** **Edital de Convocação Nº 037/2025**

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados dos órgãos da **Secretaria Regional de Balsas no Município de Carolina-MA**, em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Geral no dia 18 de junho de 2025, às 09:00 horas, na sala de Reunião do imóvel situado à Rua Jonas Barreiro, S/Nº - Parque das Mangueiras - Bairro Sucupira, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Eleição de Delegados de Base.

São Luís-MA, em 16 de Junho de 2025.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.



CNTE quer mobilizar os profissionais da educação contra a pejetização irrestrita

Os trabalhadores e trabalhadoras da educação do país, embora a maioria seja concursada, ainda não se deu conta em sua totalidade da gravidade que representa a privatização das escolas públicas que vem sendo feita por governos municipais e estaduais paulatinamente por meio da terceirização dos serviços prestados.

Essa situação pode ainda piorar caso o Supremo Tribunal Federal (STF) decida pela legalidade da pejetização irrestrita em que todo e qualquer contrato de trabalho seja feito de forma jurídica, transformando o trabalhador em empresa e negando a ele direitos básicos contidos na Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) como férias, 13º salário, pagamento à Previdência Social, o que o impediria de se aposentar, o FGTS, entre outros.

Mas o que isso tem a ver com os servidores concursados? A resposta é: tudo. Isto porque com a pejetização irrestrita e com cada vez mais governos aderindo à terceirização os estados e municípios podem não se sentirem “obrigados” a repor seus quadros por meio de concursos públicos. Por sua vez, empresas terceirizadas podem contratar trabalhadores como PJs, precarizando ainda mais os serviços prestados à educação pública. De um universo de 2,2 milhões de trabalhadores em educação 52% são servidores, sendo que 41% são concursados e em torno de 6% a 7% com outras formas de contratação, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O presidente da entidade Heleno Araújo afirma que o tema da pejetização precisa ser dominado pela categoria e que seja debatido nos espaços escolares.

“É muito importante dominar o tema e levar essas questões para a comunidade escolar, para dentro da

sala de aula, para a comunidade escolar, já que também temos a oportunidade de manter contato permanente durante 200 dias letivos com os nossos estudantes, mas há oportunidade também de conversar com os familiares e de se reunir com a comunidade escolar”.

Ele entende que a privatização das escolas e a pejetização dos trabalhadores da educação são temas intrínsecos que são precisam ser enfrentados. A privatização da escola pública, segundo Heleno, vem sendo feita por meio de leilões, da entrega de alguns assuntos sociais privados e, ao vender para empresas do ensino, logicamente, seus trabalhadores serão contratados de acordo com o mercado e, consequentemente, eles poderão ser pejetizados, já que os custos serão bem menores para os empregadores.

Heleno conta que existe um movimento e, isso está acontecendo em vários estados e municípios, que são três escolas, cinco, duzentas escolas de uma rede estadual sendo entregues. Mas não só a escola pública, mas toda a sua gestão, inclusive o processo de contratação de pessoal para essa escola.

“E aí que mora, o perigo para nós, essa privatização que já vem acontecendo em alguns locais, essa vinculação do trabalho na escola com o tempo dedicado ao trabalho, ao contrato direto para a pessoa, como empresa”, diz.

“Hoje, nós já contabilizamos que a maioria dos funcionários da educação sofre o processo de terceirização. A maioria de professores vai ser contratada de forma temporária, mas dentro desse universo e, nós já temos também concretizado outras formas de contratação que acontece quando o Estado repassa a escola pública para a gestão privada, é o que leva a essa pejetização, esse processo de contratação, que é altamente prejudicial para a educação pública em nosso país”, acrescenta o presidente da CNTE.

Entenda a ação de pejetização irrestrita no STF (da Agência Brasil)

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, decidiu no dia 14 de abril, suspender temporariamente todos os processos que discutem a legalidade da chamada “pejetização”.

A decisão foi tomada depois que a Corte reconheceu, dias antes, a repercussão geral do assunto, ou seja, a necessidade de se tomar uma decisão que sirva de modelo para todos os casos semelhantes, unificando o entendimento da Justiça brasileira sobre o tema.

Essa uniformização se tornou necessária porque o TST já havia se posicionado contra a pejetização, o que impulsionou a justiça trabalhista a reconhecer o vínculo de prestadores pejetizados.

Em 2018, o STF julgou esse entendimento inconstitucional e decidiu liberar empresas privadas ou públicas a fazer a chamada terceirização, isto é, contratar outras empresas para realizar qualquer atividade, em vez de contratar pessoas físicas por meio de contrato assinado na carteira de trabalho. A partir daí, a decisão do STF passou a ser usada para derrubar milhares de vínculos empregatícios reconhecidos pela justiça trabalhista.

Para o ministro Gilmar da Mendes, a Justiça do Trabalho tem ignorado decisões da Corte sobre terceirização, o que tem gerado insegurança jurídica e lotado o tribunal com recursos repetidos.

Agora, o STF decidirá se a Justiça do Trabalho é a única que pode julgar casos de fraude no contrato de prestação de serviços, se é legal contratar pessoa jurídica em vez de assinar carteira de trabalho e quem deve provar se houve fraude: o patrão ou o trabalhador.

Fonte: Cut.org.br/noticias